

HABEAS CORPUS Nº 503.058 - SP (2019/0099046-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CARLOS WEIS - SP100187
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DANIELA SILVA DA CONCEICAO (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PRISÃO DOMICILIAR. PACIENTE MÃE DE 2 (DUAS) CRIANÇAS MENORES DE 12 (DOZE) ANOS. EXECUÇÃO DEFINITIVA DA PENA. SUPERVENIENTE DEFERIMENTO DA PROGRESSÃO AO REGIME ABERTO COM DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO TRIMESTRAL EM JUÍZO. PERDA DO INTERESSE JURÍDICO. PEDIDO DE HABEAS CORPUS PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de DANIELA SILVA DA CONCEIÇÃO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no Agravo de Execução Penal n.º 9003908-29.2018.8.26.0050.

Consta dos autos que a Paciente – condenada à pena total de 18 (dezoito) anos, 4 (quatro) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos crimes de tráfico e associação para o tráfico ilícito de drogas – formulou pedido de prisão domiciliar com base no art. 117 da Lei de Execução Penal, que foi indeferido pelo Juízo de primeiro grau.

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução, ao qual o Tribunal de origem negou provimento.

Neste *writ*, a parte Impetrante alega, em síntese, que "*o princípio da proteção integral da infância e juventude e a garantia de absoluta prioridade aos direitos das crianças e adolescentes impõem, no presente caso, seja levado em consideração o interesse da criança, de forma preponderante a qualquer outro interesse, com o fim de lhe assegurar o direito de ser cuidado por sua genitora nessa primeira fase da vida*" (fl. 09).

Superior Tribunal de Justiça

Requer, desse modo, que se conceda à Paciente o benefício da prisão domiciliar.

As informações da Autoridade Impetrada foram prestadas às fls. 66-108.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 115-122, opinando pelo não conhecimento da impetração.

É o relatório. Decido.

De acordo com as informações prestadas pelo Juízo da 3.^a Vara das Execuções Criminais da Comarca de São Paulo, foi deferida à Paciente, em 19/12/2019, a progressão ao regime aberto, devendo a Apenada comparecer trimestralmente em Juízo.

Desse modo, o feito encontra-se prejudicado, pela superveniente perda do interesse jurídico.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Tribunal, JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora